

## O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso

Sonia Regina de Mendonça\*

### Resumen

*Desde la llamada «modernización» de la agricultura brasileña, promovida por los gobiernos militares sobre todo en los años 1970, la representación patronal rural entró en una profunda crisis, derivada tanto de la especialización de la actividad, que generó innumerables nuevas gremiales de clase, como de la emergencia de una dualidad en sus estructuras. En este contexto, algunas entidades disputaron el monopolio de la representación «legítima» del conjunto, elaborando distintos proyectos con vistas a la hegemonía. El estudio se enfoca en parte de esta disputa, analizando las estrategias y los proyectos provenientes de dos gremiales, la Sociedad Rural Brasileira y la Organización de las Cooperativas Brasileñas, priorizando la afirmación de esta última como fuerza hegemónica del agroempresariado nacional.*

Palabras clave: Brasil - Estado - patronato rural - gremiales

### Abstract

*Since beginnings of the so called brazilian agricultural «modernization», promoted by military governments specially in the 1970´s, the landowners representative leagues suffered a deep crisis, due to the specialization of the activity, which originated new class associations, and to the emergence of two structures of agricultural organization. Within this scenario, some leagues disputed the monopoly of the «legitimate» representation of the whole, elaborating different projects in order to become hegemonical. The study focuses part of this struggle, analysing strategies and projects adopted by two of these leagues: the Brazilian Rural Society and the Brazilian Cooperative Association, enphasying the latter, which became the new hegemonical force amongst brazilian agro-entrepreneurs.*

Key words: Brazil - state - rural patronage - landowners leagues

Recepción del original: 23/03/2009  
Aceptación del original: 22/08/2009

---

\* Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.  
E-mail srmend@ar.microlink.com.br

## Apresentação

A questão das relações intra-classe dominante agrária e de seus agentes com a sociedade política no Brasil é uma zona de sombra na pesquisa histórica no país. A problemática aqui abordada é a dos mecanismos pelos quais grupos agroindustriais e suas agremiações buscaram inscrever-se junto ao Estado restrito,<sup>1</sup> nele inserindo suas demandas específicas. Tais mecanismos resultaram em permanentes conflitos pelo monopólio de posições estratégicas junto a organismos do Estado destinados à administração, gestão e regulação da Agricultura, gerando uma rede atores sociais que se perpetua no processo de construção do Estado brasileiro.

Lembrando que falar do empresário rural ou do grande proprietário rural no Brasil atual, não mais remete ao tradicional latifundiário, tipificado na figura do *coronel*, face aos desdobramentos derivados da «modernização da agricultura» verificada sobretudo nos anos 1970,<sup>2</sup> importa analisar o processo histórico através do qual se deu o fim do divórcio entre agricultura e indústria.<sup>3</sup> Isto porque, significante e significado, profundamente enraizados no imaginário social brasileiro se descolaram, conquanto boa parte da sociedade ignore a diferenciação ocorrida, resultando em que muitos setores médios urbanos de baixa renda, por exemplo, distanciem-se do apoio a movimentos, candidatos ou partidos vinculados à luta em prol dos trabalhadores rurais expropriados.

Começando pela literatura dedicada ao estudo das transformações ocorridas no campo brasileiro nas quatro últimas décadas, tem-se que ela enfatiza a *modernização* da agricultura, calcada no tripé abundância de crédito agrícola, absorção de insumos modernos e integração aos grandes circuitos de comercialização, promovidos pelo Estado,<sup>4</sup> processo do qual emergiram os CAIs (Complexos Agro-Industriais), irredutíveis, simplesmente, às fazendas. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, sem qualquer alteração na estrutura fundiária, gerou efeitos sócio-econômicos perversos como a

---

<sup>1</sup> O referencial teórico adotado deriva da concepção de Estado ampliado de Antonio GRAMSCI, *A concepção dialética da história*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

<sup>2</sup> Da vasta bibliografia sobre a «modernização» da agricultura brasileira destacamos: José Graziano DA SILVA, *A modernização dolorosa*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981; José Graziano DA SILVA, *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1991; Antonio BARROS DE CASTRO, *Sete Ensaios sobre a economia brasileira*, Rio de Janeiro, Forense, 1977; Guilherme DELGADO, *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*, São Paulo, Ícone-Unicamp, 1987; José DE SOUZA MARTINS, *Não há terra para plantar neste verão*, Petrópolis, Vozes, 1986; José DE SOUZA MARTINS, *O poder do atraso*, São Paulo, Hucitec, 1994; Wenceslau GONÇALVES NETO, *Estado e agricultura no Brasil (1960-1980)*, São Paulo, Hucitec, 1994; Bernardo SORJ, *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980; Geraldo MULLER, *O complexo agroindustrial brasileiro*, São Paulo, FGV, 1981; L. CORADINI y A. FREDERICO, *Agricultura, cooperativas e multinacionais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982; Sérgio LEITE, «Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil», *Reforma Agrária*, Campinas, vol. 25, núm. 1, 1995, pp. 137-152.

<sup>3</sup> Geraldo MULLER, *O complexo...* cit., p. 18.

<sup>4</sup> Guilherme DELGADO, *Capital financeiro...* cit.; Bernardo SORJ, *Estado e classes...* cit.; José Graziano DA SILVA, *A modernização...* cit., 1978.

forte concentração da propriedade, o êxodo rural, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho e o declínio na qualidade de vida da população rural, originando movimentos pró-reforma agrária organizados pelos próprios agentes afetados.

Em contrapartida, os estudos acadêmicos sobre o tema dispersaram-se, passando muitos autores a questionar se a reforma agrária seria ainda necessária, face à existência de um mercado interno consolidado e de uma agricultura plenamente industrializada.<sup>5</sup> Outros chegam a tratá-la como mera política compensatória, promovendo grave reducionismo da temática.<sup>6</sup> Avaliações como essas decorrem do fato de os especialistas privilegiarem apenas os aspectos econômicos da *modernização*, subestimando o fato de que ela não alterou apenas as bases técnicas da produção, conformando um novo e problemático perfil da sociedade rural brasileira,<sup>7</sup> marcado pela expropriação do produtor rural, pela ruptura de relações sociais tradicionais e pelo delineamento de novas oposições sociais irreduzíveis à *velha* contraposição padrões *versus* trabalhadores. Outro desdobramento não econômico da *modernização* da agricultura foi a redefinição do papel do Estado face à sua profunda imbricação ao processo. Nas análises correntes, empresários e Estado são tratados como entidades estranhas uma à outra. ¿Mas, o que teria significado, de fato, a intervenção estatal na condução do processo modernizador? ¿Através de que embates entre entidades organizadas das frações da classe dominante agrária teria ela se verificado? ¿Em que medida tal intervenção sofreu pressões de agremiações patronais rurais e por quais dentre tantas delas? Em verdade, está-se diante de um desdobramento da industrialização da agricultura brasileira muito pouco focalizado pelos estudiosos: o da emergência de novas agremiações de classe e a redefinição de suas modalidades de representação.<sup>8</sup>

Essa mobilização política acentuou-se, sobretudo, em resposta à proposta governamental contida no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, destinado a frear o intenso processo especulativo com a terra. Nesse contexto, as críticas mais veementes ao Plano partiram não dos segmentos «agrários»

---

<sup>5</sup> Segundo Palmeira & Leite, um dos efeitos nefastos da modernização da agricultura consistiu na «decretação» da obsolescência da «reforma agrária dos anos 50 e 60», adequada a outro tipo de economia, ligada ao «complexo rural» ou «complexo latifúndio-minifúndio». Nesse contexto, a reforma agrária só seria conveniente quando não havia um mercado interno de dimensões abrangentes e onde a industrialização fosse insuficiente, configurando um quadro onde a estrutura agrária «obstaculizava» o desenvolvimento. Com a modernização da agricultura, o debate se deslocou para a questão de se a reforma agrária ainda teria um «sentido econômico». Moacir PALMEIRA e Sérgio LEITE, «Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas», L. COSTA e R. SANTOS (org.), *Política e Reforma Agrária*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 103.

<sup>6</sup> José GRAZIANO DA SILVA, «Por uma Nova Política Agrícola», *Revista de Economia Rural*, Brasília, 24(3), pp. 283-292.

<sup>7</sup> Para os autores, a motivação dos capitalistas que investiam na agricultura residia menos na perspectiva de aí realizarem lucros maiores do que nos demais setores econômicos e mais na perspectiva de aplicar dinheiro com mais vantagem do que em outras aplicações financeiras.

<sup>8</sup> A esse respeito, ver José GRAZIANO DA SILVA, «Les Associations Patronales de l'Agriculture Brésilienne Moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie», *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, 18, 1992, pp. 11-34.

de regiões menos dinâmicas do país mas, sim, daqueles do estado de São Paulo, traduzindo a reação causada pela potencial perspectiva de bloqueio de novas compras de terra por parte de industriais e banqueiros.<sup>9</sup> Destaco que, desde os anos 70, as vantagens asseguradas pelo Estado para promover a capitalização do campo promoveram, no âmbito da atividade agroindustrial, uma poderosa coalizão de interesses em torno da terra, que se incrustou nos órgãos públicos e com isso, a «redemocratização» brasileira de meados dos anos 80, da qual o PNRA foi um capítulo, forneceu maior capacidade de barganha aos atores dominantes envolvidos, sobretudo devido ao crescimento de sua participação no Congresso Nacional.<sup>10</sup>

### **Patronato Rural e representação política: aspectos historiográficos**

A manutenção da política modernizadora viu-se comprometida em inícios dos anos 1980, com o esgotamento do fôlego financeiro estatal derivado da crise do «milagre» econômico brasileiro. Os novos ajustes macroeconômicos promoveram uma escassez crônica de recursos públicos, acirrando as disputas intra-classe dominante como um todo. Diante disso, uma contradição já latente junto à classe agroindustrial seria aguçada: sua dicotômica estrutura de representação política, segmentada entre a esfera formal-legal e a real. Os estudos sobre as instituições agremiativas da classe dominante brasileira em geral são escassos e pontuais, principalmente no tocante à agricultura. Mais raros ainda são os que analisam a imbricação existente entre Sociedade Política (Estado restrito) e Sociedade Civil, perfazendo um conjunto bem modesto<sup>11</sup> o qual, por sua escassez, acaba tornando-se referência obrigatória aos interessados no tema, a despeito de seu cunho muitas vezes contraditório e mesmo superficial em matéria de pesquisa histórica.

Assim, na década de 1980 redefiniram-se os canais de representação política dos segmentos da classe agroindustrial, bem como o tom de seu discurso/ação: enquanto nos anos 70 sua presença na cena política foi marcada pelo discurso da penalização da agricultura, face ao suposto favorecimento estatal aos industriais,<sup>12</sup> a partir dos 80 o argumento foi substituído pelo da imprescindibilidade da agricultura para o capitalismo, já que o setor gerara parte

<sup>9</sup> Moacir PALMEIRA e Sérgio LEITE, «Debates econômicos...» cit., p. 124.

<sup>10</sup> Sonia Regina de MENDONÇA, «Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo», *Serviço Social & Movimento Social*, São Luís, EDUFMA, vol. 2, núm. 1, 2001, pp. 7-27.

<sup>11</sup> Dentre eles é possível citar: Renato PERISSINOTTO, *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*, Campinas, Edunicamp, 1994; Regina BRUNO, *Senhores da Terra, Senhores da Guerra*, Rio de Janeiro, Forense Universitária/UFRRJ, 1997; Regina BRUNO, «A nova ofensiva burguesa no campo», *Anais do XXIX Congresso da Sober*, 1991; José GRAZIANO DA SILVA, «As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia», *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 1991, pp. 261-285; Plínio MORAES, «Algumas observações para o estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira», *Reforma Agrária*, Campinas: 17 (2), 1987, pp. 17-33; Flávio HEINZ, *Les Fazendeiros à l'heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil (1945-1967)*, Nanterre: tese de Doutorado em História, Université Paris X, 1996.

<sup>12</sup> Regina BRUNO, *Senhores da...* cit., 1993.

significativa das divisas utilizadas no pagamento da dívida externa nacional. Tal redefinição da estratégia discursiva mobilizou os anseios da classe como um todo, dando-lhe uma aparência de monolitismo que encobria processos mais complexos, uma vez que a própria *modernização* da agricultura gerara profunda diferenciação de interesses entre os grupos dominantes agrários, segmentando suas entidades representativas e seus conflitos.

A luta pelo monopólio de uma representação unívoca dos grupos agrários ocorria, legalmente, através de Federações Rurais em cada estado e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em âmbito nacional. Para além dessa estrutura formal-legal, a representação real de interesses deu-se através da proliferação de associações civis de produtores, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e uma miríade de entidades mais recentes como a Associação dos Empresários da Amazônia, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), por exemplo. Logo, no decorrer das últimas quatro décadas, as associações por produto e as cooperativas assumiram, de fato, a representação dos segmentos de produtores altamente empresarializados,<sup>13</sup> tendo como cerne a própria *modernização*.<sup>14</sup>

Autores como Graziano da Silva, que analisam o período posterior à divulgação do PNRA e ao surgimento da mais polêmica agremiação patronal desse período, a União Democrática Ruralista (UDR), indicam que esta teria surgido «no vácuo» da crise de representação em curso, usurpando bandeiras e causas das demais entidades. Seu estudo focaliza os mecanismos políticos dessa contenda e para o autor, a dualidade de estruturas representativas e o fracasso das entidades ditas tradicionais teriam sido responsáveis pelo êxito da UDR quanto ao PNRA e à Assembléia Nacional Constituinte de 1986-88.

De modo semelhante, estudando aquilo que considera «uma nova ofensiva burguesa no campo», Bruno afirma observar-se aí, uma trama de contradições entre setores e frações dos grupos dominantes, onde a competição por tecnologia e repartição da renda fundiária foi particularmente intensa.<sup>15</sup> A autora demonstra como os grandes proprietários/empresários rurais continuaram afirmando-se como arautos do anticomunismo e da propriedade rural enquanto esteios da ordem social, fortalecendo-se junto ao Estado e ampliando a legitimidade de sua representação. É sobre essa questão específica, que este trabalho se debruça, comparando duas agremiações: a Sociedade Rural Brasileira (fundada em 1919 e vinculada à grande burguesia cafeeira paulista) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (surgida nos 1960, agremiando o setor das grandes cooperativas empresariais).

---

<sup>13</sup> José GRAZIANO DA SILVA, «As Representações Empresariais...» cit., p. 262.

<sup>14</sup> Em particular fatores como a dissociação verificada entre proprietário rural e dono de terras, suscitada pela valorização fundiária ou o crescimento do arrendamento capitalista no centro-sul em ramos integrados aos Complexos Agroindustriais.

<sup>15</sup> Regina BRUNO, *Senhores da...* cit., p. 8.

## A Sociedade Rural Brasileira

Conquanto as entidades recortadas para análise não pertencessem à estrutura formal-legal da representação patronal, profundas diferenças marcaram sua ação política. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) constituiu-se, desde as origens, na mais expressiva agremiação de proprietários rurais do país, criada na década de 1910 para fazer frente à Sociedade Nacional de Agricultura e com ela disputou, até os anos 1980, a liderança de todos os segmentos. Existente até hoje, a SRB, diversamente da SNA, é uma entidade de bases estritamente regionais, que organiza setores do patronato rural oriundos do estado de São Paulo conquanto jamais tenha prescindido do termo «brasileira» em sua denominação.<sup>16</sup>

### *Bandeiras*

Até finais dos anos 1950, a disputa pela unicidade da representação patronal rural polarizou-se junto a três instituições: a Confederação Rural Brasileira, sua aliada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a SRB, que faria do «glorioso» passado do estado de São Paulo como seu maior capital simbólico. A herança histórica paulista respaldou as pretensões nacionalizantes da SRB, tornando-a depositária de uma nostalgia do poder rural no país e símbolo da grande riqueza nacional, o café.<sup>17</sup> Lastreados neste culto, os dirigentes da SRB revelaram uma postura de total rejeição a qualquer tipo de reforma agrária, à exceção daquela a que denominavam de «autêntica»: eminentemente produtivista e anti-distributivista. Através de seu periódico, *A Rural*, seus líderes difundiram dezenas de editoriais centrados no debate sobre a reforma agrária, sempre brandindo a imagem do setor agrícola como desprotegido pelo Estado. Ao mesmo tempo, enfatizariam o intenso apoio por ela prestado ao golpe civil-militar de 1964, patrocinando cerimônias em prol da *salvaguarda dos agricultores* e do *patriotismo*. A revista da SRB permite acompanhar, ao longo dos 30 anos pesquisados, o posicionamento da entidade face às agremiações congêneres ficando patente, desde a década de 1960, tanto sua aproximação a entidades regionais de produtores rurais -mormente cafeicultores-, quanto a permanente disputa com a CNA e a SNA, fortemente ligadas ao Governo Federal. A SRB estaria ao lado de associações agrícolas sobretudo do estado do Paraná, já que boa parte dos grandes cafeicultores paulistas investira nessa área.<sup>18</sup>

O recrutamento dos quadros da SRB se fazia junto a bases paulistas congregando, quase com exclusividade, proprietários e empresários agroindustriais. A SNA, por seu turno, sempre contou com um espectro efetivamente nacional quanto à abrangência de suas bases, integradas por

<sup>16</sup> Sobre a noção de nacionalização dos interesses de grupos sociais: Sonia DRAIBE, *Rumos e Metamorfoses*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>17</sup> Flávio HEINZ, *Les Fazendeiros...* cit., p. 252.

<sup>18</sup> Este foi o caso, reafirmado em vários números da revista, do apoio prestado pela SRB a entidades como a Associação Paranaense de Cafeicultores. *A Rural*, jul. 1964, p. 41.

proprietários de distintas regiões do país, muitos deles também políticos ou altos dignatários públicos. Em função dessa diferença de perfis, a posição da SRB junto aos debates sobre as questões do campo e da reforma agrária traduziam a visão do segmento mais moderno e mais industrializado dos proprietários rurais no país, incluindo frigoríficos, industriais do ramo alimentício e correlatos, além de grandes empresas financeiras que investiam intensamente em terras, dentro e fora do estado de São Paulo.

### *Em prol da Moderna Agricultura*

Coerentemente ao perfil de suas bases, a SRB assumiu como principal bandeira a defesa da modernização da agricultura colocando-se, muitas vezes, contra as políticas macroeconômicas do governo que obstaculizassem a continuidade do processo. Na lógica de seus dirigentes, a solução para consolidar o papel da agricultura e dos empresários enquanto pilares da economia e sociedade brasileiras residia na aplicação maciça de tecnologia no campo, antecipando, em certos aspectos, o processo que mais tarde viria a ser conhecido como *agribusiness*. A Sociedade, que também agremiava indústrias produtoras de adubos, fertilizantes, tratores, etc., difundiria seu uso como requisito da modernidade pretendida, alegando ser a mecanização «uma condição necessária ao desenvolvimento agrícola.»<sup>19</sup> Neste sentido, patrocinou inúmeros eventos como a Reunião Anual de Produtores de Sementes ou as Reuniões Anuais de Produtores de Sementes e Mudanças do Brasil, ocorridas em sua sede em 1978.<sup>20</sup> Insistindo numa agricultura altamente capitalizada, os dirigentes da SRB preconizavam a técnica como solução da crise agrícola do país, aderindo ao alerta emitido pela indústria de tratores, que apontava para as graves conseqüências da diminuição de seu uso, face às restrições creditícias impostas pelo governo. A verdadeira agricultura nacional seria aquela onde o «futuro só tem espaço reservado para os produtores profissionalizados. O papel das empresas será de extrema importância para a melhoria da produtividade de todo o complexo agroindustrial.»<sup>21</sup>

Por certo, nesse projeto, o fosso social entre proprietários modernos e arcaicos seria consideravelmente aprofundado, segmentando-se a grande produção e a produção familiar, uma vez que «discordamos da posição simplista e ingênua de alguns técnicos governamentais, que consideram a distribuição de terras como capaz de erradicar a miséria.»<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> *A Rural*, set. 1979, p. 8. A SRB encomendou estudos a «especialistas» para demonstrar o espaço ainda existente, junto à a atividade agropecuária, para sua utilização.

<sup>20</sup> *A Rural*, set. 1978, p. 11. A figura mais destacada nesses eventos foi Ney Araújo, presidente da ABRASEM e futuro presidente da entidade empresarial rural hoje hegemônica, a ABAG.

<sup>21</sup> *A Rural*, mai.-jun. 1982, p. 15.

<sup>22</sup> *A Rural*, dez., 1985, p. 15.

### *A recusa da Reforma*

Outro ponto basilar do projeto da SRB foi sua total rejeição a qualquer alteração na estrutura fundiária brasileira, revelando conservadorismo e radicalismo que podem ser explicados por dois fatores. De um lado, o *passadismo* de suas bases, centrado no orgulho de seu *paulistocentrismo* responsável pela «grandeza do país» e, de outro, o fato de congregar modernas agroempresas que investiam em terras em diferentes regiões do país. Logo, qualquer ameaça ao direito da propriedade era percebido sob o signo da ilegalidade.<sup>23</sup>

Definindo o que consideravam uma *reforma agrária justa*, seus dirigentes referiam-se apenas a uma *reforma agrícola* que contemplasse a intocabilidade da propriedade fundiária, o fim de qualquer direito trabalhista ao homem do campo e a ênfase à modernização da atividade. Qualquer interferência governamental fora desses parâmetros seria duramente questionada, sobretudo o PNRA de 1985. Nesse momento, defenderiam a necessidade do produtor rural assumir-se enquanto empresário que visa o lucro, demonstrando as *injustiças cometidas pelo Estado* contra a classe agrícola.

A mobilização da entidade contra qualquer reforma agrária envolveu inclusive a criação de agências especialmente voltadas ao estudo da temática, sendo contratadas pela SRB figuras de proa do meio acadêmico, como por exemplo a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, integrada por renomados intelectuais da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo.<sup>24</sup> Seus diretores também atuavam junto a espaços externos à agremiação, como a 34ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, difundindo sua proposta de reforma agrária. A divulgação do PNRA representou o ponto culminante de mobilização da Sociedade que atacou, frontalmente, as *forças demoníacas* que o haviam concebido, personalizadas no então presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (José Gomes da Silva) e no Ministro de Assuntos Fundiários (Nelson Ribeiro). *A Rural* publicaria uma série de cinco números especiais, contendo críticas detalhadas ao Plano e, para esvaziar os mecanismos expropriatórios previstos no PNRA, seus editoriais denunciavam sua *incorrecção de princípios*, entendendo ser a concentração fundiária brasileira não uma responsabilidade dos proprietários mas, sim, fruto da *natureza pródiga* do país com seu vasto território. Logo, a principal estratégia da SRB foi a total desqualificação do Plano, seus mentores e executores, visando reduzi-lo, no contexto da transição democrática brasileira, a mera *demagogia eleitoreira*.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> *A Rural*, nov. 1964, pp. 8-9.

<sup>24</sup> A iniciativa foi amplamente noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, ao divulgar que «embora possa parecer estranho que empresários rurais estejam discutindo a concentração fundiária e propondo novos caminhos para agropecuária, o presidente da SRB, afirma que o grupo está apenas encarando a realidade dos fatos.» *O Estado de São Paulo (OESP)*, 29-03-1981, p. 51.

<sup>25</sup> *A Rural*, jul. 1985, p. 6.



Para inviabilizar a aprovação da versão original do PNRA, as lideranças da SRB propunham a criação de um Conselho Nacional de Reforma Agrária a ser por elas monitorado, suscitando reações das agremiações rivais.<sup>26</sup> Sua proposta alternativa de reforma agrária previa como instrumentos o Imposto Territorial Progressivo, a colonização particular e a criação de um Sistema Nacional de Crédito Fundiário, em lugar da desapropriação das terras improdutivas prevista no Plano. Tal proposta foi endossada pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu, a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais e a Sociedade dos Produtores de Álcool e Açúcar. Em matéria intitulada «Os 10 Mandamentos da Reforma Agrária», *A Rural* divulgaria a postura a ser adotada por seus associados, plena de apelos moralistas, como «quem produz nada tem a temer» ou ainda «a reforma agrária não inicia guerra, busca paz e concórdia.»<sup>27</sup> Quanto à função social da terra, definida no PNRA, dela se apropriariam enquanto «produção para o mercado, segundo critérios de competitividade e produtividade que dele afastariam os menos capazes»,<sup>28</sup> invertendo a lógica do Plano.

### *Menos Estado, Mais Mercado*

A postura crítica com relação às políticas públicas agrícolas seria outro mecanismo de ação da SRB, coincidindo com entidades rivais, mormente sobre três aspectos: o corte dos créditos para a agricultura; a escassez de subsídios estatais ao setor e o excesso de regulação da atividade pelo Estado. Em torno desses eixos se afirmaria a política agrícola idealizada pelos dirigentes da Sociedade, indicando tensões e conflitos inter-agremiativos pois, conquanto representasse grupos agroempresariais beneficiados pela *modernização* da agricultura, ainda preponderavam junto a ela três setores: cafeicultores, pecuaristas de gado de corte e agroexportadores em geral. E em sua defesa a entidade adotaria posições radicais, como processar judicialmente o Estado quando do tabelamento de preços agrícolas.<sup>29</sup>

Tendo sempre o Estado como alvo, os líderes SRB censuravam, por exemplo, o apoio prestado ao setor cooperativizado, renunciando conflitos com sua nova rival, a OCB, centrada na produção granífera.<sup>30</sup> Em meio a tais embates e para deles desviar a atenção dos associados, a entidade aprofundou sua campanha anti-intervencionismo estatal, preconizando a liberdade das forças de mercado e antecipando-se à penetração do ideário neoliberal no país.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> *OESP*, 27-06-1985, p. 12.

<sup>27</sup> *A Rural*, out. 1986, p. 64.

<sup>28</sup> «Função social da propriedade da terra é cumprida quando seu regime de posse e uso reflete as condicionantes determinadas pela dinâmica imposta pela sociedade. A livre iniciativa é quem preside e orienta este processo.» *A Rural*, out. 1986, p. 11.

<sup>29</sup> *Correio Braziliense*, 8-3-1989, p. 5.

<sup>30</sup> «A prioridade à agricultura já está sendo questionada por lideranças rurais que, no recente encontro de Cafeicultores em São Paulo, afirmaram que não passou de prioridade à produção de grãos.» *A Rural*, set. 1980, p. 3.

<sup>31</sup> «Enquanto o agricultor não for reconhecido como empresário que investe e corre riscos em busca de lucros, teremos problemas de produção.» *A Rural*, abr. 1978, p. 3.

Curiosamente, o combate à «estatização da agricultura» adquiria fôlego justamente no contexto de revitalização das exportações agrícolas brasileiras dos anos 1980, sustentada pelas grandes cooperativas empresarializadas,<sup>32</sup> levando a SRB a atacar exportadores de soja e cacau subsidiados pelo Estado e a afirmar-se como «última trincheira da soberania nacional».<sup>33</sup>

A *Rural* também minimizaria o papel das demais agremiações, representando-as como *ineficazes* ou mesmo *pelegas*, maximizando o peso político da Sociedade, via divulgação de notícias sobre sua participação no preenchimento de cargos como ministro da Agricultura<sup>34</sup> e presidentes de órgãos federais, como o Conselho Monetário Nacional.<sup>35</sup> A campanha implicou, até mesmo, na comercialização da revista junto a bancas de jornais, para ampliar a penetração de seu projeto junto a setores sociais para além do agrário. O contexto de discussão do PNRA, no entanto, polarizaria a disputa pela hegemonia do patronato rural brasileiro em torno a duas entidades: a SRB e a OCB.

### *Bases sociais e quadros dirigentes*

O estudo do quadro dirigente da SRB partiu da análise da trajetória dos integrantes de suas diretorias superiores, destacando-se que 94% deles vinculavam-se à grande propriedade rural e/ou agroempresas. Releva, ainda, a presença de quatro diretores diretamente imbricados ao capital bancário,<sup>36</sup> deixando claro seu vínculo com o grande capital agroindustrial e financeiro de São Paulo. Outra característica marcante deste grupo é sua extração profundamente regional, sendo 90% deles paulistas.<sup>37</sup> Apesar de pretender instituir-se como porta-voz legítima da «agricultura brasileira», era óbvio tratar-se de uma entidade de paulistas, para paulistas, dando continuidade ao perfil que assumira desde sua criação.<sup>38</sup> Os dirigentes da SRB também se caracterizaram pela escassa titulação escolar, sendo 20% deles agrônomos,

---

<sup>32</sup> «A grande tese a ser defendida pelas classes rurais não rompe as amarras para dar lugar às forças de mercado, desde o café ate a madeira. A grande tese a ser defendida é a da *liberdade de exportação*.» *A Rural*, jul. 1981, p. 17, grifos SRM.

<sup>33</sup> Tal epíteto devia-se ao fato de ser a cafeicultura considerada ainda como setor responsável pela geração de boa parte das divisas do país.

<sup>34</sup> Em 1964 a revista publicaria que «a SRB escolhe o novo Ministro da Agricultura, o ex-Secretário de Agricultura de São Paulo, Oscar Thompson.» *A Rural*, mai. 1964, p. 49.

<sup>35</sup> «A classe agrícola de São Paulo está em festa com a ascensão à presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo de José Pires de Almeida, da SRB e do cooperativismo nacional.» *A Rural*, mai. 1967, p. 13. As lideranças da SRB reivindicaram espaço no Conselho pois «o descaso com que a agricultura é encarada pelo governo desestimula o agricultor e põe em risco a soberania nacional.» *A Rural*, set. 1978, p. 20.

<sup>36</sup> Dos quais somente um declarava-se, explicitamente, como banqueiro, Francisco Figueiredo Barreto foi diretor do Banco do Estado de São Paulo e do Banco F. Barreto S.A.

<sup>37</sup> Caso se considere a base regional dos empreendimentos desses três atores sociais, constata-se que um os realizava, de fato, em Minas Gerais, sendo presidente da Federação dos Agricultores e Produtores do Estado de Minas Gerais, e os demais atuantes em São Paulo e no Paraná.

<sup>38</sup> A esse respeito ver Sonia Regina de MENDONÇA, *O Ruralismo Brasileiro*, São Paulo, Hucitec, 1997.

16% advogados, 6,6% médicos e 3,3% economistas, revelando a preponderância entre eles da atividade econômica exercida e não de sua trajetória acadêmica, levando a crer que a meritocracia ou o diploma parecem ter tido peso secundário para tais agentes.<sup>39</sup>

Para alguns autores, o reduzido índice de diretores diplomados é interpretado não como um perfil de carreira do qual a formação escolar estivesse ausente, porém como um aspecto menos decisivo do que era, por exemplo, para os diretores da SNA.<sup>40</sup> Tal afirmativa deve ser tida como parcialmente verdadeira, pois esta última também contava com forte participação de grandes proprietários ou agropecuaristas em suas diretorias, embora em percentuais menos elevados. A diferença me parece ter residido no fato de que expressivo número de diretores da SNA ocupou postos destacados junto a agências do Estado nacional, para o que a obtenção de um diploma seria estratégica. Neste caso, o pertencimento públicos da União foi praticamente ausente quanto aos diretores da SRB, dos quais apenas cinco (15%) os ocuparam, quase sempre junto Departamento Nacional do Café e ao Instituto Brasileiro do Café. Em contrapartida, muitos de seus líderes detiveram postos junto aos governos estadual e municipal (28%), sendo seis secretários estaduais de Agricultura e quatro deputados estaduais. Em compensação, a grande maioria dos diretores dedicou-se a atividades na iniciativa privada: dos 38 arrolados, 70% eram proprietários ou gerentes de grandes empresas.

Uma última característica da diretoria da SRB foi a grande participação, junto a ela, de líderes de entidades patronais e presidentes de cooperativas: dos 38 diretores analisados, 38% dirigiam agremiações patronais da agricultura<sup>41</sup> e 15,5% cooperativas de grande porte.<sup>42</sup> Caso somados, tem-se 53% de dirigentes de outras associações de classe/cooperativas, sendo comum acumularem ambas as funções. Logo, a entidade paulista, que agremiava a «nata» dos agroempresários do país, contou com lideranças marcadas por três aspectos: o grande envolvimento com o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo; a escassa ligação a cargos públicos federais em detrimento das carreiras junto à iniciativa privada e seu acentuado regionalismo, conquanto a capitalização da agricultura e a emergência dos complexos agroindustriais tenha des-regionalizado fortemente a atividade.

---

<sup>39</sup> Mesmo para os dirigentes da SRB que obtiveram diploma superior, sua identificação com a região sempre emergia como marca de distinção, pois os agrônomos ou advogados pesquisados tinham obtido seus títulos junto a tradicionais Faculdades paulistas.

<sup>40</sup> Flávio HEINZ, *Les Fazendeiros...* cit., p. 329.

<sup>41</sup> Dentre os dirigentes de entidades patronais cito os presidentes da Associação Paulista de Cafeicultores, da Associação Paulista de Criadores de Bovinos, da Associação Paulista de Cafeicultores e da Federação das Associações de Produtores de Minas Gerais, entre outros.

<sup>42</sup> Dos presidentes de cooperativas, destaco o presidente da Federação das Cooperativas de Cafeicultores do Estado de São Paulo, o diretor da Cooperativa de Fornecedores de Cana de São Paulo e o presidente da Cooperativa de Agricultores da Região de Orlandia.

## A organização das cooperativas brasileiras

A primeira cooperativa de que se tem notícia foi fundada em Manchester (1844) por 28 tecelões que, reunindo suas economias, montaram um armazém, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, dando origem a um modelo econômico dito alternativo e paradigmático dos princípios da igualdade, liberdade, ética e justiça, destinado a difundir a eficiência junto à organização social, em busca de objetivos comuns. Desde então, as cooperativas expandiram-se por todo o mundo como associações autônomas de pessoas, unidas voluntariamente para satisfazer necessidades comuns, mediante empreendimentos de propriedade coletiva e *democraticamente* geridos. Nascia o mito fundador do cooperativismo, ao qual todas as cooperativas remeteriam para legitimar suas atividades, apesar de plenamente capitalistas e lucrativas: os princípios rochdaleanos até hoje justificam a *pureza* dessas entidades.<sup>43</sup>

Mas o cooperativismo também se consolidou enquanto doutrina, erigindo o consumidor em figura-chave e atribuindo à livre concorrência a responsabilidade pelas desigualdades do capitalismo. Com base nessa premissa, divulgaria a necessidade da vitória do interesse geral sobre particularismos, produzindo uma ordem idealizada e assente na negação dos conflitos. Outra viga-mestra da doutrina era o não-envolvimento do Estado na economia, garantindo-se à iniciativa privada o papel de motor da ordem social.<sup>44</sup> Alastrando-se pelo mundo e penetrando regimes distintos, o cooperativismo sofreria reformulações passando, inclusive, a admitir a intervenção de seu antigo objeto de críticas: o Estado.<sup>45</sup> Supondo neutralizar tensões sociais e instrumentalizar a racionalização técnico-econômica da produção e das trocas, as cooperativas se auto-definiam como fatores de *transformação moral dos homens*, graças aos ensinamentos do igualitarismo, responsáveis pela emergência de uma nova mentalidade, teoricamente apartada de doutrinas *perniciosas*.

No Brasil, o cooperativismo germinaria a partir de 1889, embora muitos estudiosos localizem tal início no alvorecer do século XX, com o surgimento de Caixas Cooperativas organizadas por imigrantes no Rio Grande do Sul.<sup>46</sup> O pensamento e a ação dos primeiros cooperativistas brasileiros foram marcados pela coexistência de duas vertentes: uma, voltada para a quebra do *circulo*

---

<sup>43</sup> Seriam eles: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação, intercooperação e responsabilidade social. Entre 1890 e 1910, o Cooperativismo tornou-se a opção dos sem-terra e proprietários sem bens líquidos, constituindo-se em forma de resistência às pressões sociais latentes no período. Eric HOBBSAWM, *A era dos impérios*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

<sup>44</sup> O Cooperativismo evoluiria da idéia de uma «via intermediária» entre capitalismo e socialismo, para uma prática de organização de associações econômicas que, distantes das lutas políticas, serviriam como paliativo aos «males do capitalismo», embora sem defender o fim da relação proprietários *versus* proletariado.

<sup>45</sup> A este respeito: Paul HUGON, *História das doutrinas econômicas*, São Paulo, Atlas, 1970.

<sup>46</sup> Almir ANDRADE, *Contribuição à história administrativa do Brasil na República, até o ano de 1945*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1950, vol. 1, p. 108.

*de ferro* da intermediação comercial-financeira e em prol do lucro individual, deixando claro seu cunho empresarial e privado; outra, de caráter doutrinário, surgiria da iniciativa de agrônomos-funcionários do Ministério da Agricultura, que defendiam a cooperativa como instrumento de superação das desigualdades sociais vigentes na agricultura,<sup>47</sup> a partir do Estado.

Somente após 1930 as primeiras legislações específicas emergiram no país. Se, até então, o cooperativismo não transcendera o estatuto de projeto político, doravante adquiriria o *status* de prática governamental, centralizada e nacionalizada. O sintoma da tensão entre as tendências citadas foi a pluralidade de decretos-lei que, entre 1932 e 1945, tentaram imprimir uma só diretriz à cooperativização no país,<sup>48</sup> traduzindo a disputa pela imposição ora do cooperativismo *livre*, ora do *sindicalista*.<sup>49</sup> O êxito do *cooperativismo livre* deu-se em 1938 e, embora doutrinário e fortemente estatizado, propiciou a implementação da cooperativização agrícola em bases nacionais, atrelado à progressiva burocratização do Ministério da Agricultura.<sup>50</sup> Em contrapartida, o poder público reviu as faculdades cabíveis às cooperativas transformando-as, de agremiações destinadas a operações econômicas sem fins lucrativos, em entidades capazes de adotar qualquer atividade com fins econômico-sociais. O surgimento das cooperativas no país, entretanto, não foi acompanhado de entidades representativas que dotassem o segmento da coesão necessária à defesa de seus interesses, o que somente ocorreria nos anos 1960, mediante duas agremiações: a Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativistas (Unasco).<sup>51</sup> Em 1969 o Ministério da Agricultura as unificaria, já que as cooperativas despontavam como base de apoio a políticas agropecuárias, tornando imperiosa a existência de porta-vozes *consensuais*, para *dialogar com o governo*. Daí surgiria a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), única representante de todo o chamado *sistema*.

A OCB funcionou em São Paulo até 1972, ainda gozando de pouca expressão política. A partir de 1974 iniciaria sua trajetória ascendente junto à correlação de forças vigente entre as entidades patronais da agroindústria, o que se explica, dentre outros fatores, pela criação da Contribuição das Cooperativas, fonte da grande massa de recursos responsável por seu fortalecimento.<sup>52</sup>

---

<sup>47</sup> A esse respeito: Sonia Regina de MENDONÇA, *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro*, Niterói, Eduff, 2002.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>49</sup> O decreto 22.239 foi o primeiro texto normatizador do cooperativismo brasileiro, definindo cooperativas como sociedades de pessoas e não de capitais, mediante a isenção de alguns impostos.

<sup>50</sup> A tutela se dava mediante imposição de inúmeras obrigações às cooperativas, como o aumento das exigências para definir suas diretorias e a estipulação de condições para candidatos.

<sup>51</sup> Os motivos da cisão prendiam-se a divergências sobre a ênfase na formação de cooperativas de consumo como estratégia para enfraquecer as cooperativas agrícolas.

<sup>52</sup> *Informativo OCB*, nov.-dez. 1983, p. 5.

### *Projetos e estratégias de ação*

Apesar do apoio oficial à sua implantação, a OCB promoveu, ao longo dos anos 1980, grande campanha pela aprovação de nova lei que consagrasse a autonomia do cooperativismo face ao Estado. A afinidade construída entre o Estado e a entidade pode ser entendida a partir dos próprios princípios inerentes à sua doutrina, sobretudo seu caráter supostamente democrático, sua auto-representação como projeto não-capitalista e anti-lucro e a possibilidade de distribuição dos ganhos entre cooperados segundo seu trabalho e não o capital investido. Tais pilares, remetidos ao mito fundador Rochdaleano, transformaram o cooperativismo em instrumento de negação do conflito social, via propaganda da colaboração entre associados de portes diversos que teriam em comum o fato de *não terem patrões*.<sup>53</sup>

Semelhantes premissas levaram as lideranças da OCB a afirmarem-na não só como opção *socialmente superior* de exploração/organização das atividades agroindustriais, mas também como porta-voz «autêntico» -posto que dotado de *missão social*- do conjunto das agremiações patronais rurais. Esta seria a mais importante bandeira da OCB até a plena consecução de seus objetivos, em fins da década de 1980, tendo como ícone seu líder mais atuante: Roberto Rodrigues.

Uma das estratégias da direção da entidade consistiu em publicar regularmente periódicos encarregados de difundir o cooperativismo como equivalente à democracia e igualitarismo. Igualmente fortaleceria a agremiação a inserção de seus representantes junto à sociedade política. Em torno deste mote a OCB instituía-se em força hegemônica, capitaneando a criação de importantes entidades pan-agremiativas como a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (1986) e a Associação Brasileira de Agribusiness (1993). Sua pedagogia consistiu em repetir, *ad nauseam*, que «o cooperativismo é a solução do futuro; é para nós um sistema-síntese. Possibilita a capitalização sem capitalismo e a socialização sem socialismo.»<sup>54</sup> A doutrina funcionaria como bússola para a construção da legitimidade «externa» da OCB, já que igualitarismo, sociabilidade democrática e paz social eram atributos tidos como inerentes à manutenção da ordem no campo.<sup>55</sup> Em nome desses princípios seus líderes a defenderiam como instrumento de solução dos conflitos no campo estabelecendo, inclusive, sua suposta afinidade com a Igreja, de modo a «neutralizar» seus segmentos mais progressistas, envolvidos na organização de movimentos sociais rurais.

Quanto a suas demandas específicas, duas merecem destaque pela recorrência: a busca da autogestão e do crédito subsidiado a serem obtidos, diante da política recessiva do Estado, mediante a fundação de banco próprio. Isso se justificava pelo significativo peso desempenhado pela produção das cooperativas junto às exportações brasileiras. A demanda por crédito, que

<sup>53</sup> Ibid., p. 27.

<sup>54</sup> *Revista Brasileira de Cooperativismo*, jan.-fev. 1978, p. 51.

<sup>55</sup> «O cooperativismo prega uma sociedade que se aproxima bastante da sociedade solidária e cristã pregada pela Igreja, sem o uso da violência e confiante num processo reformista das praticas sociais.» *Revista Brasileira de Cooperativismo*, jul-ago. 1980, pp. 1-2.

unificava todas as entidades patronais rurais acentuando tensões e conflitos, via-se agravada no caso das cooperativas já que, devido a seu atrelamento ao Estado contavam, desde os anos 1940, com uma agência oficial destinada ao setor, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), embora inoperante por escassez de recursos.<sup>56</sup> Desde fins da década de 70, os dirigentes da OCB denunciariam a *distonia entre o BNCC e as Cooperativas*, obrigando-as a submeterem-se ao sistema bancário privado e seus juros escorchantes. Daí a campanha pela fundação de um banco a ser criado com recursos do setor.

A segunda demanda dos diretores da OCB, a autogestão, dirigia-se quer à comercialização internacional de seus produtos, quer à criação de órgãos próprios de crédito, liberando o setor do vínculo com o Estado. Embora sua campanha datasse da década de 70, somente seria exitosa na conjuntura política favorável inaugurada nos anos 1990, em meio à *onda* neoliberal que grassou no país.<sup>57</sup> Nesse contexto, em pleno processo de desmonte do Estado brasileiro via privatização de suas empresas, as lideranças da OCB viram a oportunidade de fortalecer-se politicamente, assumindo a gerência de algumas delas. Outra bandeira da entidade era sua original proposta de reforma agrária, bem diversa da defendida pela SRB. Além de não rejeitar radicalmente a necessidade de alterações na estrutura fundiária do país, atribuía-se às próprias cooperativas a função de instrumentos da reforma, assegurando à agremiação o papel de *a mais adequada e legítima* para encabeçar o processo. Vale apontar que todas as iniciativas de reforma agrária posteriores à derrota do PNRA contaram com a mediação das lideranças da OCB enquanto assessores de órgãos públicos encarregados da definição/organização de assentamentos rurais, lavrando novo tento político para a entidade que emergiu, em 1990, como a nova força hegemônica dos grupos dominantes agroindustriais.<sup>58</sup>

### *Construindo a liderança*

A documentação produzida pela OCB revela o empenho de seus dirigentes em superar a crise de representação patronal da agricultura através de uma atuação bifronte: dentro do próprio movimento cooperativista e junto às entidades de classe. No primeiro caso, buscou consolidar os fluídos canais de comunicação entre bases/cúpula da estrutura cooperativista, evitando o que os diretores consideravam como *falta de consciência* dos cooperativados, um obstáculo ao consenso interno. Utilizando seus periódicos como veículos

---

<sup>56</sup> Sobre o assunto, para os anos 1930-40: Sonia Regina de MENDONÇA, *A Política...* cit.

<sup>57</sup> Em fins da década de 1980 a OCB encaminhou ao Ministério da Agricultura documento visando «contribuir» para a definição dos rumos da política agrícola, contendo as reivindicações centrais do segmento.

<sup>58</sup> Não por casualidade, em agosto de 1991, um dos diretores da OCB, Adelar Cunha, foi nomeado Superintendente do INCRA.

de aproximação com as bases,<sup>59</sup> chegariam a eleger um *inimigo comum*: as empresas tidas como *falsas cooperativas*, símbolo da invasão do cooperativismo pelo capitalismo. Nesse caso denunciariam sobretudo, a Copersucar -integrada por usineiros paulistas- vista como «empresa que usa indevidamente o título de cooperativa»,<sup>60</sup> medindo forças com a SRB a cujos quadros aqueles pertenciam. A vitória final coube à OCB.<sup>61</sup>

Para evitar a pulverização política das bases, os diretores da OCB promoveram uma reorganização administrativa do *sistema*, uma vez que em «as cooperativas têm 6 milhões de sócios, mas não têm consciência de sua representatividade.»<sup>62</sup> Como o *sistema* estruturava-se a partir de cooperativas singulares, passava pelas Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs) e chegavam à agremiação nacional, estreitou-se a comunicação entre os níveis, priorizando-se o primeiro deles. Para tanto foram criados Comitês Educativos (1989) destinados a formar lideranças capazes de implementar a integração almejada. Afinal, diante do vulto dos negócios geridos pelas cooperativas, era imperioso buscar «uma nova feição para o cooperativismo, com a implantação da autogestão, mediante novos quadros técnicos.»<sup>63</sup> A Educação se destacou como instrumento difusor da *consciência autogestionária*, pedagogicamente controlada pela cúpula da OCB.<sup>64</sup>

No tocante à afirmação de sua hegemonia extra-muros, a estratégia da agremiação consistiu em divulgar a *tendência natural* dos cooperativistas para o desempenho das funções de representação política, face a seu aprendizado das práticas *democráticas* e *igualitárias*, erigindo-se a OCB no mediador ideal entre segmentos agrários, Estado e Sociedade. A consolidação dessa liderança pautou-se, ainda, pela filiação a organismos internacionais, donde retiraria prestígio simbólico e político, tal como sua associação à Organização das Cooperativas da América (1981) e à *International Cooperative Alliance* (ICA), a partir de 1983. Tamanho prestigiamento resultou na nomeação de dirigentes cooperativistas para cargos-chave no Ministério da Agricultura.<sup>65</sup>

---

<sup>59</sup> «O cooperativismo como um todo jamais poderá negligenciar a importância do diálogo com a OCB e sua revista nacional. Ela supre o *vazio das comunicações ente cooperativas e cooperados*. Mas não é só diálogo: é também o grito, o protesto, o gesto firme.» *Revista Nacional do Cooperativismo*, jan.-fev. 1978, p. 1, grifo SRM.

<sup>60</sup> *Revista Nacional do Cooperativismo*, jul.-ago. 1978, p. 3.

<sup>61</sup> Num primeiro momento, o presidente da OCB opôs-se à legalização da Copersucar pelo governo, alegando não ser responsável «pelo endividamento do Sr. Jorge Wolney Atalla, presidente de uma Cooperativa Biônica», *Revista Nacional do Cooperativismo*, jan.-fev. 1979, p. 10.

<sup>62</sup> *Revista Nacional do Cooperativismo*, nov.-dez. 1979, p. 51.

<sup>63</sup> *Informativo OCB*, mar. 1989, p. 3. Grifos meus.

<sup>64</sup> Um desdobramento desse projeto consistiu na realização anual do Encontro Nacional de Capacitação e Organização do Quadro Social em Cooperativas. *Informativo OCB*, ago. 1991, p. 2.

<sup>65</sup> Dentre eles destacaram-se Rubem Ilgenfritz da Silva (Secretário Geral do Ministério); Dijandir Dal Pasquale (presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo); Ignacio Mammana Neto (presidente da Companhia de Financiamento da Produção) e Athos Almeida Lopes (presidente da Embrater).



Outro indício de seu crescente prestígio junto a agremiações rivais foram os inúmeros prêmios, honrarias e cargos acumulados por seu mais conhecido dirigente, Roberto Rodrigues.<sup>66</sup>

A força da agremiação nutriu-se ainda de canais de acesso direto à Sociedade Política, destacando-se, dentre eles, a criação, em 1981, da Frente Parlamentar Cooperativista (FPC), baseada no cadastramento de todos os parlamentares com *alguma afinidade com a Agricultura*. Para os dirigentes, era «preciso que o cooperativismo não fique apenas na filosofia e tenha maior poder político»<sup>67</sup> e, embora inicialmente inexpressiva, em 1983 a Frente contaria com oitenta participantes. Azeitando toda essa arquitetura, denominada de *sistema de veiculação dirigida*, estavam as Organizações Estaduais de Cooperativas, correias de transmissão encarregadas de distribuir formulários aos parlamentares das bases regionais e publicizar seu apoio à *causa cooperativa*, comprometendo-os politicamente.

### *A disputa pela hegemonia*

A hegemonia da OCB junto ao patronato rural se consolidou na conjuntura política inaugurada pela Nova República, que permitiu a seus dirigentes reforçar a identidade entre sua doutrina e o novo regime, ambos *democráticos*.<sup>68</sup> A despeito disso, o aprofundamento da crise econômica levou as lideranças da entidade a criticar severamente as políticas agrícolas, catalisando o descontentamento das demais agremiações. O consenso que se esboçava, seria ratificado pelo enfrentamento à UDR, associação patronal criada dias após a divulgação do PNRA. Neste combate, a OCB capitanearia a formação de um Bloco Parlamentar Ruralista, composto por 80 deputados e 6 senadores destinado a levantar todos os projetos existentes em relação à agricultura e estabelecer prioridades, de modo a dar menos tempo às articulações da UDR.<sup>69</sup>

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (1986) oportunizaram novo avanço político da OCB, cujas lideranças acentuaram seu *lobby* no Legislativo. Bem antes disso, já haviam conseguido eleger candidatos próprios, ao constatarem o *desequilíbrio* existente entre o *peso econômico* e o *peso político* das cooperativas na vida nacional. Em editorial de 1985, a ação seria difundida junto às bases, juntamente com a denúncia de *adversários* do cooperativismo, desta vez encarnados na UDR que, igualmente, promovia campanha para financiar, através da realização de leilões de gado, candidaturas de parlamentares aliados.

---

<sup>66</sup> Rodrigues foi condecorado pelo governo francês com a Ordem do Mérito Agrícola; membro do GATT e do Concex; representante oficial da Agricultura no Fórum de Entendimento Nacional e no Conselho Empresarial de Competitividade Industrial; presidente da OCA em 1993 e da ICA, de 1999 até o presente.

<sup>67</sup> *Jornal do Cooperativismo*, set.-out. 1983, p. 15.

<sup>68</sup> *Jornal do Cooperativismo*, mar.-abr. 1985, p. 2.

<sup>69</sup> *OESP*, 13-3-1985, p. 36.

A tensão entre ambas as lideranças -Ronaldo Caiado (UDR) e Roberto Rodrigues- assomou a mídia e a opinião pública, sendo exibidos como polarizações exemplares da representação patronal rural. Enquanto Caiado era apresentado como preparado, jovem e letrado, Rodrigues seria o «novo líder da agricultura, que empolga a imprensa e os políticos e se torna intermediário credenciado a negociar interesses dos fazendeiros e do governo.» A campanha da UDR para impor-se como liderança de toda a «agricultura» seria marcada por inúmeros percalços, derivados do caráter violento e radical de suas práticas, rechaçadas pelas demais agremiações, temerosas do desgaste de sua imagem pública.<sup>70</sup> Um destes foi a criação, articulada por Rodrigues, da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), um colegiado integrado por porta-vozes das principais entidades patronais, destinado a frear a UDR.<sup>71</sup>

Os estudiosos são unânimes em apontar que a dupla derrota da proposta de reforma agrária -aquela contida no PNRA e aquela votada na Assembléia Nacional Constituinte- em muito se deveu à atuação da UDR, que capitalizou como suas as iniciativas da FAAB. Ademais, a truculência dos membros da UDR no Congresso coadjuvou esse triunfo. Na fase final de votações da Constituinte, Caiado encabeçava *lobby* pela aprovação do texto anti-reforma, aliás elaborado pela equipe de juristas por ele contratada, contando com a «cômoda» omissão de agremiações até então oponentes, como a SRB e a CNA.<sup>72</sup>

No entanto, tratou-se de vitória efêmera, já que após a promulgação da Nova Constituição em 1988, a UDR voltaria a ser combatida pelas oposições organizadas pela OCB. A rigor, a União conseguiu apenas impor uma supremacia momentânea, mas não sua direção efetiva, o que se pode explicar pela posição subalterna ocupada por suas bases -pecuaristas- junto à agricultura modernizada e pela truculência de seus quadros. Em contrapartida, a reação da OCB a essa fugaz vitória foi imediata. Visando às eleições de 1990, seus líderes articularam uma rede parlamentar tão bem coordenada que, antes mesmo de sua realização, seu *Informativo* divulgava a listagem dos candidatos que, eleitos, comporiam a nova Frente Parlamentar Cooperativista.<sup>73</sup> Doravante a OCB afirmar-se-ia como força hegemônica do patronato agroindustrial, responsável pela definição da nova proposta: «trabalhar pela criação da Cooptrade, em São Paulo, empresa de comércio internacional das cooperativas agropecuárias brasileira»,<sup>74</sup> evidenciando o eixo do projeto hegemônico das

---

<sup>70</sup> Adriano PILATTI, *Marchas de uma Contramarcha: transição, UDR e Constituinte*, São Paulo, dissertação de Mestrado/PUC, 1988, p. 104; José GRAZIANO DA SILVA, «Les Associations Patronales...» cit., p. 20.

<sup>71</sup> «Fazendeiro tem nova entidade: mais de 100 lideranças de várias entidades e cooperativas se reuniram para fundar a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira que nasceu também para minimizar a influencia crescente da UDR, sendo idealizada pela OCB.» *Correio Braziliense*, 18-06-1986, p. 7.

<sup>72</sup> *OESP*, 24-03-1988, p. 33.

<sup>73</sup> Esses nomes totalizaram 30 parlamentares, de distintos partidos e regiões do país. *Informativo OCB*, set. 1990, p. 3.

<sup>74</sup> *Informativo OCB*, fev. 1990, p. 2.

entidades agroindustriais brasileiras, pouco faltando para afirmar-se o conceito de *agribusiness*.<sup>75</sup>

E seria uma vez mais através da ação de Rodrigues, guindado aos mais altos postos, dentro e fora do sistema cooperativo, que a OCB confirmaria seu papel dirigente, defendendo a abertura da agricultura brasileira à competitividade internacional via noção de *agro-negócio*.<sup>76</sup> E uma das formas de consegui-lo consistiu na criação do Instituto Superior de Estudos da Agricultura,<sup>77</sup> destinado a dirimir conflitos entre agremiações patronais, conciliando demandas de todos os segmentos da agroindústria.<sup>78</sup> A hegemonia da OCB teve por coroamento sua proposta de fundação de uma entidade patronal de *novo tipo*: a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG -1993).

### *OCB - Quadros dirigentes e bases sociais*

A análise da diretoria da OCB entre 1970 e 1990 deixa entrever que ela era integrada, maciçamente, por agroempresários<sup>79</sup> imbricados à agricultura tecnologicizada e zelosos do papel desempenhado pela produção oriunda de cooperativas junto às exportações brasileiras. O estudo dos 37 diretores elencados permite inferir algumas conclusões. A primeira é a permanência de alguns nomes por períodos consideráveis, demonstrando continuidade de diretrizes de atuação e a consolidação institucional da entidade.<sup>80</sup> Ademais, quanto a sua extração social, 86% dos deles eram proprietários rurais ou agroindustriais, sendo apenas quatro desprovidos de vínculo aparente com a propriedade da terra.<sup>81</sup> Desse conjunto, 57% apresentam-se como agropecuaristas, 14% como pecuaristas, 3,5% como cotonicultores, 3,5% como cacauicultores<sup>82</sup> e 3,5% como, simultaneamente, banqueiro e agropecuarista.

---

<sup>75</sup> Para tanto, o Sistema OCB e o Ministério da Agricultura firmaram acordo promovendo o Programa de Modernização da Agricultura Brasileira (1990), calcado no assentamento de empresas públicas que haviam sido privatizadas junto aos Departamentos Técnicos da entidade. *Informativo OCB*, dez. 1990, p. 3.

<sup>76</sup> *Informativo OCB*, fev. 1990, p. 8.

<sup>77</sup> O ISEA, fundado em 1990, contou com o patrocínio da FAAB.

<sup>78</sup> *Gazeta Mercantil*, 14-07-1990, p. 3.

<sup>79</sup> Sonia Regina de MENDONÇA, «Estado e Representação Empresarial: Um Estudo Sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964-1993)», *Relatório Final de Pesquisa ao CNPq*, Niterói, fev. 2005.

<sup>80</sup> Estes foram os casos de José Pereira Campos Filho (presidente da entidade entre 1978-1985); Américo Utumi (vice-presidente de 1978-1985); Paulo Cardoso Pinto da Silva (vice entre 1979-1988) e Roberto Rodrigues (presidente entre 1985-1990).

<sup>81</sup> Os diretores da OCB sem vínculo com a grande propriedade eram um funcionário do Banco do Brasil; um técnico de carreira da EMATER e dois médicos.

<sup>82</sup> Da cotonicultura destacou-se o presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará e do setor cacauero, o presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.

A diretoria da OCB também englobava porta-vozes da agroindústria de distintas regiões do país, aproximando-se do perfil nacional da SNA e contrastando com o regionalismo dos quadros da SRB. De toda a diretoria apenas 20% eram paulistas, 11% gaúchos e 10% paranaenses, distribuindo-se os 59% restantes entre agroempresários de Goiás, Alagoas, Pernambuco ou Rio Grande do Norte,<sup>83</sup> o que remete a outra característica: o fato de ser o grupo dirigente composto por dirigentes de cooperativas de diferentes níveis, singular ou federativo, reforçando sua maior abrangência. Ademais, muitos diretores ocupavam postos de destaque junto a entidades patronais externas ao segmento, totalizando 23% que presidiam agremiações como a própria SRB, a SNA, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo ou a Sociedade Mineira de Agricultura, por exemplo, sugerindo a tendência à fusão de quadros entre as entidades patronais após 1985.

Quanto à formação profissional dos diretores, repete-se traço já verificado junto às lideranças da SRB: a escassa valorização das trajetórias escolares que, neste caso, deve ser relativizada pois seu percentual é mais elevado do que na entidade paulista, atingindo 56%, em boa parte agrônomos. Além disso, cinco diretores ocuparam cargos junto ao governo federal<sup>84</sup> e cinco junto a administrações estaduais, perfazendo 39% da diretoria com carreira pública. Daí depreender-se que a OCB constituiu-se em agremiação patronal onde o peso da herança preponderou sobre o peso do diploma escolar, bem como as carreiras privadas sobrepujaram as carreiras públicas<sup>85</sup> o que, longe de significar desinteresse em ocupar postos estratégicos no Estado, indicava que deles não dependiam suas trajetórias.

### Comentários conclusivos

A *modernização* da agricultura brasileira, alicerçada em créditos e subsídios fornecidos pelo Estado após o golpe civil-militar de 1964, contou com vários desdobramentos econômico-sociais e políticos. Dentre os primeiros, estiveram a tecnicização da agricultura, sua especialização e a brutal expropriação de trabalhadores rurais, ao passo que dentre os segundos destacou-se a dualização da estrutura de representação dos interesses patronais. A crise promovida por tal segmentação acentuou-se na década de 1980, com a divulgação do PNRA, aguçando a disputa entre as agremiações pela imposição de uma só liderança de o conjunto, como ilustrado pelos casos da SRB-paulista, regionalista e tradicionalista- e da OCB-empresarial, nacional e supostamente mais *democrática*.

---

<sup>83</sup> Os nordestinos e nortistas, caso somados, perfaziam 26% da diretoria.

<sup>84</sup> Os cargos foram de assessor especial do Ministro da Agricultura; presidente do INCRA; membro da Comissão Nacional de Sementes e Mudas; suplente de Deputado Federal e diretor do BNCC.

<sup>85</sup> Pierre BOURDIEU e Monique SAINT MARTIN, «Le Patronat», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, núm. 21-22, 1978, p. 17.

Enquanto as lideranças da SRB esmeraram-se em cultivar sua *herança histórica* de entidade de «cafeicultores», responsável pela *riqueza nacional*, os dirigentes da OCB, congregando segmentos empresarializados das grandes cooperativas agroindustriais, pautaram-se pela maior aproximação com o Estado restrito e pela divulgação de um projeto onde cooperativismo associava-se à democracia. Ademais, enquanto os líderes da SRB recusavam qualquer ingerência estatal junto à estrutura fundiária do país, a OCB, através de seu mais destacado quadro, esboçou uma proposta ancorada em dois pilares: a aceitação de algum redistributivismo fundiário -desde que assessorado pela agremiação- e a integração ao *agribusiness*.

Mediante estratégias políticas até certo ponto similares ambas as agremiações buscaram construir sua liderança junto às demais. Entretanto, o tom conservador e contrário à pequena produção do projeto da SRB selaria sua derrota em fins dos anos 1980, consagrando-se a OCB -coroada pela fundação da ABAG- como nova força hegemônica do patronato rural brasileiro até os dias atuais, exemplificada pela indicação de Roberto Rodrigues como Ministro da Agricultura do governo Lula.